A anti-política e o Estado de exceção no romance *História natural da ditadura*

Graziele Frederico
Doutoranda, Universidade de Brasília
Orientadora: Regina Dalcastagnè

Resumo
O romance *História natural da ditadura*, de Teixeira Coelho, publicado em 2006 apresenta um narrador que conta a experiência de resistir à ditadura militar, enquanto estudante de direito, que posteriormente fugiu para Paris no início dos anos 70. Em meio aos relatos, o narrador traça uma análise sobre a ditadura militar brasileira e o fato daquele estado de exceção ali estabelecido não ter sido encerrado, mesmo nos governos democráticos recentes. Este narrador questiona por diversas vezes o poder da sociedade sobre o indivíduo, e como a primazia do coletivo é imposta ao sujeito, concluindo que a liberdade está sendo suprimida em prol de modelos de sociedades propostos, à direita e à esquerda, desde os anos 1960.

Metodologia
Pensando a partir do conceito de acolhimento e interpelação do Outro, inerente a ideia de sujeito enquanto ser social, defendido tanto por Emmanuel Levinas (1980), quanto por Judith Butler (2015), a análise irá questionar a ideia de opressão do indivíduo pelo coletivo proposta no romance e tensionada com uma ideia de anti-política como saída para o sujeito.

Por fim, a afirmação do narrador sobre vivermos em estado de exceção permanente, de acordo com as definições de Giorgio Agamben, será problematizada com questionamentos sobre a qual estado de exceção ou definição a narrativa pretende tratar.

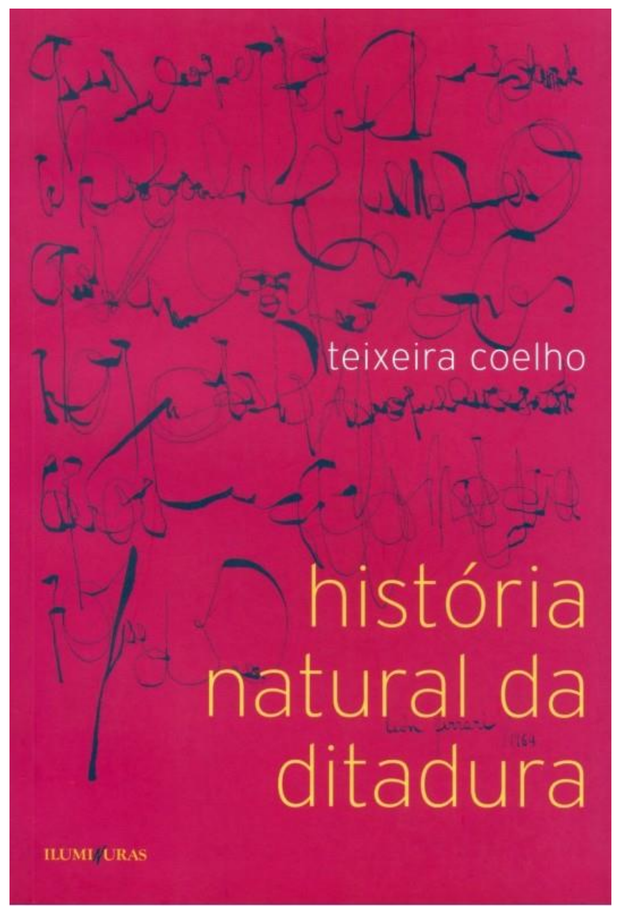
> “Coisas maiores do que você, me diziam, ao que eu respondia que em absoluto não havia nada maior do que eu, quer dizer, não porque se tratasse de mim especificamente como esta pessoa que sou mas porque não havia nada maior que o indivíduo, o Sujeito (COELHO, 2006, p.242)

Análise
O narrador questiona por diversas vezes o poder e a imposição da sociedade sobre o indivíduo, também com relação aos ideais de seus amigos que combatiam a ditadura. Para ele, a primazia do coletivo passou a suprimir a liberdade dos indivíduos em prol de modelos de sociedades propostos, à direito e à esquerda, desde os anos 1960 até hoje.

Quando pensamos a responsabilidade sobre o Outro e o acolhimento da pluralidade dessa alteridade proposto por Levinas (1980), há uma sintonia com o que propõe o romance. O narrador não admite que ideias possam ser impostas a todos de maneira igual, já que há uma singularidade em cada indivíduo e que posturas, ações e identidades não podem ser em primeiro lugar coletivas, pré-determinadas.

Mas falta a essa discussão o elemento de interação com o Outro que nos estabelece enquanto sujeitos sociais. Butler (2015), em sua leitura a partir das ideias de Levinas, propõe que o indivíduo é um ser e enquanto ser social é levado a conhecer-se a partir da interação que mantém com o Outro.

Há ainda no romance a defesa de que vivemos em um estado de exceção permanente, conceito derivado das ideias de Giorgio Agamben.



Na análise do narrador, a partir dos regimes totalitários no século XX e, no caso específico do Brasil, depois da ditadura militar, ainda vivemos sob um estado de exceção, ou em modalidades desse estado de exceção. Os governos ditos democráticos continuariam a emitir medidas provisórias de maneira ilimitada suprimindo os poderes do legislativo em prol de uma atuação decisiva do poder executivo.

Para Agamben (2004), a definição de estado de exceção estaria ligada ao conceito de guerra civil, já que ela seria o oposto do chamado estado normal e que o estado de exceção é tido como uma resposta do poder estatal a conflitos internos extremos.

O estado de exceção segundo o filósofo não é a instituição de um direito especial, como o direito de guerra, por exemplo, mas define-se justamente pela suspensão da própria ordem jurídica. Uma das faces do estado de exceção seria, segundo ele, a ampliação dos poderes governamentais, especialmente a atribuição ao executivo de promulgar decretos com a mesma força da lei.

É esse o ponto de vista que a personagem Anna M. defende em seus escritos, endossados pelo narrador. Para ambos, desde 1984, quando a ditadura teria sido formalmente encerrada, o decreto de medidas provisórias por todos os demais governos demonstra a continuidade de uma característica importante do estado de exceção.

Agamben (2004), porém, esclarece que a decisão de “plenos poderes” define uma das possíveis modalidades de ação do poder executivo durante o estado de exceção, mas não coincide com ele. Isto torna a comparação que Anna M. faz do executivo brasileiro uma aproximação não necessariamente correta.

Conclusão
A defesa da narrativa de que vivemos num estado de exceção é calcada, principalmente, por um enfraquecimento desmedido do legislativo, esse sim, representante do povo. O narrador vai mais longe e elabora uma ideia de que não haveria mais uma luta de classes no Brasil. Para ele, vivemos um conflito entre a classe política e a classe civil.

Qual seria a proposta desse narrador quando ele separa a classe política da sociedade? É possível? Se pensarmos que os políticos são sujeitos advindos da sociedade, acredito que não. Num segundo ponto, ele advoga que não há luta de classes, a não ser entre a classe política e a classe civil, e que é assim desde os tempos da ditadura até os atuais governos democráticos.

Há outro equívoco aqui, visto que a própria ditadura foi um projeto civil-militar. Parte da classe civil, portanto, se envolveu no projeto militar com objetivos tanto de abafar uma ascensão de pautas trabalhistas no governo de João Goulart, como para implantar uma agenda de medidas econômicas no país que atendessem a seus interesses.

O narrador defende a ideia de que não aderiu nem aos projetos da ditadura, nem da resistência coletiva, mas pouco enfatiza sua não-escolha, sendo esta também uma ação política com consequências. A abertura para a pluralidade se dá, nesse caso, com um narrador que defende o que Ricardo Barberena (2015) chamou de “apocalipse da alteridade”. A singularização do indivíduo a tal ponto que já não é mais possível reuni-lo em pautas políticas comuns ou aderir a uma coletividade e agenda de causas e reivindicações.

A não redução radical do sujeito a qualquer possibilidade coletiva leva também ao enfraquecimento de reivindicações políticas. Esta é a escolha feita pelo narrador, mas pouco se fala sobre seu peso e consequência para a história da própria ditadura contada no romance.

Há pontuada durante todo livro uma desconstrução da política em geral. Começando pela crítica à submissão do sujeito, depois na ideia de que tanto a esquerda como a direita impunham opressões de mesmo peso e medida aos indivíduos durante o período que precedeu o golpe de 1964 e nos primeiros anos do regime ditatorial. Também ao tratar dos regimes democráticos, a narrativa equipara as medidas provisórias do regime presidencialista aos atos institucionais da ditadura. Fica então ao leitor a impressão de que não houve mudança e de que viveríamos ainda sob um regime totalitarista.

Tais posições podem refletir uma postura liberal do narrador, que defende uma intervenção mínima do Estado como das próprias associações e demandas coletivas na vida dos indivíduos. Ele passa o livro contestando a coletividade em si e não usa em nenhum momento o termo cidadãos. Assim, as reflexões que ele e Anna M. propõem podem levar a uma ideia equivocada do que fora a ditadura militar, sua violência e brutalidade, principalmente quando coloca em parâmetros iguais um legislativo enfraquecido e uma repressão política.

Foto: A THOUSAND MEN CAN NOT BUILD A CITY, 2017. Abdulrazaq Awofeso, Nigéria. Exposição Ex-Africa, CCBB-Belo Horizonte.

Bibliografia:
AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção.* 2ed. São Paulo: Boitempo,2004
BARBERENA, Ricardo. *Traumas e tramas: entre paus de selfie e paus de arara.* In: _____; DALCASTAGNÈ, Regina. *Do trauma à trama: o espaço urbano na literatura brasileira contemporânea.* Porto Alegre: Luminara Editorial, 2015
BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015
COELHO, Teixeira. *História natural da ditadura*. São Paulo: *Iluminuras*, 2006
LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito.* Lisboa: Edições 70, 1980